

Considerações finais

Sidney Jard da Silva

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

SILVA, SJ. Considerações finais. In: *Companheiros servidores: o sindicalismo do setor público na CUT* [online]. São Bernardo do Campo, SP: EdUFABC, 2015, pp. 169-171. ISBN: 978-85-68576-83-0. Available from: doi: [10.7476/9788568576830](https://doi.org/10.7476/9788568576830). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/jnrq6/epub/silva-9788568576830.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eu penso que o trabalhador tem mais identidade a partir de interesses imediatos e corporativos. Identidade entre trabalhadores, com a luta, combatividade e radicalidade construtiva da CUT nesse campo. Essa identidade é a principal e não um projeto de sociedade. Tem uma característica importante da CUT que é sua independência do trabalho partidário. Isso não quer dizer que os trabalhadores não tenham identidade partidária, mas, para participar da CUT isso não é fundamental. Há uma ênfase na autonomia da CUT com relação aos patrões, ao governo e aos partidos, inclusive os de esquerda. É claro que a maioria dos trabalhadores da CUT tem uma identidade maior pelos partidos de esquerda, em particular o PT. Mas não é o projeto socialista-democrático que une os trabalhadores na CUT, e nem a Central deve fazer qualquer restrição nesse campo [...] Em primeiro lugar, de alguns anos para cá a situação dos trabalhadores do setor público tem piorado muito com relação aos demais trabalhadores. É isso que traz uma certa radicalidade para o movimento e não a questão ideológica. Acredito que o que move a atuação sindical dos servidores é a questão corporativista mesmo; é um sentimento de trabalhador e identidade corporativa em sua maioria. Por isso, não concordo com a ideia de que o servidor público é mais socialista que o operário. (Depoimento de Mônica Valente concedido em fevereiro de 1996 a Arnaldo Nogueira [1996])

A declaração acima, concedida em fevereiro de 1996 por Mônica Valente, então secretária nacional de formação da CUT, e ex-presidente do Sindaúde-SP, apontava para o centro das questões que envolviam a CUT no debate sobre a reforma da previdência, a saber: motivações ideológicas; interesses corporativos; padrões de relacionamento com a sociedade, o Estado e os partidos políticos. Parafrazeando Parlemo (1998:137), deste depoimento depreende-se que: “As ideias e as instituições importam, mas também importam os interesses”, ou, mais do que isso, em certos momentos, mais importam os interesses do que as ideias.

Ao longo deste livro procuramos identificar como os interesses políticos e econômicos dos trabalhadores do setor público influenciam nas decisões políticas da CUT. Inicialmente demonstramos que a expansão do associativismo sindical no setor público é um fenômeno mundial, portanto, ao contrário do que transpareceu no debate político e sindical sobre a reforma do Estado brasileiro, não se trata de uma anomalia do sindicalismo cutista, o qual supostamente seria refém dos trabalhadores do setor público.

O fato é que no Brasil, assim como em todo o mundo, a expansão do associativismo no setor público colocou novos problemas para o movimento sindical a saber: a emergência de novas lideranças, novas táticas, novas estratégias; maior fragmentação dos trabalhadores; questionamentos dos modelos corporativos ou neocorporativos; disputa pela direção das organizações sindicais de cúpula. Por outro lado, não obstante o vigoroso crescimento, o sindicalismo do setor público enfrentou grandes desafios, notadamente as políticas de ajuste estrutural que colocaram em *xequê* os padrões tradicionais de relação de trabalho no setor público, bem como apontaram para a redução da esfera de atuação do aparelho estatal.

No caso particular do sindicalismo cutista, também identificamos uma fragilidade na estratégia de associação das reivindicações específicas e imediatas dos trabalhadores do setor público às demandas mais gerais da população e ao debate sobre a reforma do Estado. Ocorre que no interior do próprio sindicalismo cutista não havia consenso sobre a alternativa de reforma de Estado a ser proposta e defendida pelas entidades sindicais. Assim, a CUT e os sindicatos do setor público limitaram-se à defesa dos interesses específicos dos servidores e empregados em empresas estatais, sem apresentar à sociedade uma proposta alternativa para a crise política e fiscal do Estado, notadamente no que se refere à reforma administrativa e à gestão das empresas públicas.

Também verificamos que o peso quantitativo dos trabalhadores do setor público no sindicalismo cutista não se transforma automaticamente em peso qualitativo, isto é, em influência política. Na verdade, constatamos que as lideranças sindicais do setor público encontraram grandes dificuldades para unificar suas demandas e estratégias. Em larga medida esta dificuldade deve-se à própria heterogeneidade e à complexidade das relações de trabalho no setor público. Mas ela também esteve relacionada à pouca disposição do governo de Fernando Henrique Cardoso em negociar os rumos da reforma do Estado com as entidades representativas dos servidores públicos, fortalecendo a posição mais confrontacionista das correntes minoritárias na militância cutista, as quais ainda hoje apresentam uma significativa inserção no sindicalismo do setor público.

Além disso, há também problemas de ordem econômica e política mais complexos. Como observou Almeida, se na década de 1980 as organizações de interesses “foram saudadas como manifestações de vitalidade da sociedade civil”, no início da década de 1990, inversamente, “já eram vistas com desconfiança, como defensoras de benefícios particularistas, parceiras da inflação e obstáculos à modernização da economia” (1995: 171). Esta “visão” foi particularmente forte no caso das demandas dos trabalhadores do setor público, as quais foram identificadas com a defesa dos privilégios e da

ineficiência do aparelho estatal. Sendo assim, um dos grandes desafios das lideranças sindicais do setor público foi justamente legitimar suas reivindicações perante a sociedade. Ou seja, demonstrar que a defesa de interesses específicos dos servidores públicos e empregados em empresas estatais estava associada à melhoria dos serviços públicos. No entanto, a CUT não logrou pleno êxito na estratégia de associar as demandas específicas dos trabalhadores do setor público aos anseios mais gerais da população.

Contudo, a nosso ver, não foram os interesses corporativos do setor público que inviabilizaram o acordo da reforma da previdência, mas sim as tradicionais dificuldades enfrentadas pelas elites políticas do País para encontrar soluções concertadas para os problemas nacionais que envolvem interesses organizados. No caso da reforma da previdência, os sindicatos do setor público não estavam unificados em um bloco de resistência intransigente às negociações com o governo. Ao contrário, importantes sindicatos, como a APEOESP, manifestaram-se favoravelmente às negociações da reforma do sistema previdenciário. Dessa forma, devemos reconhecer que interesses corporativos tanto podem dificultar quanto motivar processos de negociação.

Igualmente sem sentido nos parece a crítica de que os sindicatos e as centrais sindicais, especialmente a CUT, teriam defendido apenas os interesses das categorias organizadas no debate sobre a reforma do Estado. Isto porque, independentemente do juízo de valor que se possa emitir sobre esta questão, tal perspectiva parece criticar as lideranças sindicais por fazerem justamente aquilo que devem fazer: defender, em primeiro lugar, os interesses de seus representados. Neste caso, retomando uma questão persistente no debate sobre as reformas estruturais, deveríamos nos perguntar: qual seria o futuro de um dirigente sindical que estivesse sempre disposto a aceitar perdas certas e imediatas em troca de benefícios incertos e difusos? Ou, para usar uma expressão em voga neste começo de milênio, qual seria o “Destino do Sindicalismo”?